

CENTRO UNIVERSITÁRIO SÃO LUCAS

VIVIANE DE OLIVEIRA PAULA

**IMUNIZAÇÃO CONTRA O PAPILOMA VÍRUS HUMANO: Importância e os
desafios na vacinação**

Porto Velho

2016

VIVIANE DE OLIVEIRA PAULA

IMUNIZAÇÃO CONTRA O PAPILOMA VÍRUS HUMANO: Importância e os desafios na vacinação

Artigo apresentado ao Curso de Enfermagem do Centro Universitário São Lucas, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel e Licenciatura.

Orientadora: Prof. Ma. Edilene Macedo Cordeiro

Porto Velho

2016

IMUNIZAÇÃO CONTRA O PAPILOMAVÍRUS HUMANO: Importância e os Desafios na Vacinação¹

Viviane De Oliveira Paula²

RESUMO: Este estudo tem como objetivo geral demonstrar a importância e os desafios da implantação da vacina contra o papilomavírus humano. Para atingir o objetivo proposto realizou-se uma pesquisa exploratória-descritiva, através de revisão bibliográfica, com artigos de periódicos nacionais publicados no período de 2011 a 2016 e manuais do Ministério da Saúde durante o mês de setembro de 2016. A população feminina é altamente vulnerável ao câncer de colo de útero, e o papilomavírus humano é o principal responsável por esse tipo de câncer. Como forma de prevenção deve-se fazer uso da vacina do papilomavírus humano, que é um procedimento de prevenção básica. O uso da vacina, indiscutivelmente, é o melhor meio de prevenção contra o papilomavírus humano. A literatura brasileira cita a sexualidade como principal desafio para implantação dessa vacina, pois em virtude da transmissão do vírus ser através do sexo, há resistências por parte dos pais para a adesão a essa prática. Além disso, cita-se também como aspecto desafiador para implantação dessa vacina o conhecimento da população, visto que a falta de conhecimento acerca da vacina e de seus benefícios implicam de forma significativa na sua adesão a todo o esquema vacinal proposto, visto que a vacina se apoia em doses repetidas. Esta revisão não conclui a discussão sobre a importância e os desafios da implantação da vacinação contra o papilomavírus humano, pelo contrário, espera-se que a mesma colabore para o levantamento de outras discussões que apontem novas perspectivas teóricas e práticas de divulgação para a implementação dessa vacina.

Palavras-Chave: Papilomavírus Humano. Importância da Vacina HPV. Desafios da Vacina HPV.

ABSTRACT: This study aims to demonstrate the importance and challenges of implanting the human papillomavirus vaccine. In order to reach the proposed objective, an exploratory-descriptive research was carried out, through a bibliographical review, with articles from national periodicals published in the period from 2011 to 2016 and manuals of the Ministry of Health during the month of September 2016. The female population is highly vulnerable to cervical cancer, and the human papillomavirus is primarily responsible for this type of cancer. As a form of prevention one must make use of the human papillomavirus vaccine, which is a basic prevention procedure. The use of the vaccine is undoubtedly the best means of prevention against human papillomavirus. The Brazilian literature cites sexuality as the main challenge for implantation of this vaccine, because because the transmission of the virus is through sex, there is resistance on the part of the parents to the adherence to this practice. In addition, it is also cited as a challenging aspect to implant this vaccine knowledge of the population, since the lack of knowledge about the vaccine and its benefits imply significantly in its adherence to the entire proposed vaccination scheme, since the vaccine Relies on repeated doses. This review does not conclude the discussion about the importance and the challenges of the implantation of human papillomavirus vaccination, on the contrary, it is expected that it will collaborate for the collection of other discussions that point out new theoretical perspectives and practices of dissemination for the implementation of this vaccine.

Keywords: Human papillomavirus. Importance of HPV Vaccine. Challenges of the HPV Vaccine.

¹ Artigo apresentado no Curso de Enfermagem da Faculdade São Lucas 2016, como requisito parcial de aprovação para obtenção do título de Bacharel e Licenciatura, sob orientação da professora Ma. Edilene Macedo Cordeiro. E-mail: edilene@saolucas.edu.br

² Viviane de Oliveira Paula, graduanda em Enfermagem da Faculdade São Lucas, 2016. E-mail: vivianeop@outlook.com.br

1 INTRODUÇÃO

Se tratando de cânceres que atingem a população feminina, o Câncer do Colo do Útero (CCU), também denominado de câncer cervical, é considerado uma patologia grave que pode levar a óbito, constituindo um problema de saúde pública em virtude da alta incidência e mortalidade, principalmente nos países em desenvolvimento (CAMARA et al., 2015), sendo responsável por aproximadamente 95% dos casos desse tipo de câncer (SANTANA; NEVEZ, 2015).

Segundo o Instituto Nacional de Câncer (INCA), é o terceiro tumor com maior frequência na população feminina, atrás do câncer de mama e do colorretal, e ainda é considerada, a quarta causa de mortalidade entre mulheres no mundo. Estima-se que para este ano de 2016 ocorra 16.340 novos casos (INCA, 2015).

Existem vários fatores associados ao desenvolvimento do CCU, o fator necessário para o surgimento do câncer é o agente etiológico *Human Papiloma Vírus* – Papiloma Vírus Humano (HPV) que é capaz de levar a carcinogênese. Quando somente o agente, este não é um fator determinante para a manifestação dos casos, no entanto quando associado a fatores comportamentais e culturais, o HPV é imprescindível para a formação das lesões. Dentre esses fatores, pode-se citar o tabagismo, multiplicidade de parceiros sexuais, uso de contraceptivos hormonais, processos inflamatórios de forma moderada, idade menor que 20 anos, prática do sexo sem o uso do preservativo e alterações no potencial hidrogeniônico (pH) vaginal (NIQUIRILO; BARBOSA, 2016).

A principal responsável pela transmissão dessa infecção de forma sexual é a população masculina. Isso acontece porque, diferente de outras patologias transmitidas por via sexual, a transmissão acontece de forma mais fácil do homem para a mulher do que da mulher para o homem (ZARDO et al., 2014). No âmbito da prevenção do CCU a imunização contra HPV representa um método profilático eficaz na diminuição da infecção e o estabelecimento da lesão do colo de útero ou desenvolvimento da neoplasia (ARAÚJO et al., 2014).

Existem duas vacinas que se encontram comercialmente disponíveis para utilização: a vacina quadrivalente recombinante (*Gardasil*[®]), que confere proteção contra os HPVs do tipo 6, 11, 16 e 18, e a vacina bivalente (*Cervarix*[®]), que confere proteção contra os HPVs do tipos 16 e 18 (NIQUIRILO; BARBOSA, 2016). Considerando essa realidade e as elevadas taxas de incidência do CCU na

população feminina, a partir de março de 2014 o Ministério da Saúde (MS) tornou as vacinas contra o HPV como parte do calendário nacional de vacinação, sendo inicialmente disponibilizadas para meninas entre 11 e 13 anos (BRASIL, 2014).

Santana & Nevez (2015), a implantação dessas vacinas ocorreu de forma gradativa, no ano de 2015, foram disponibilizadas vacinas para o HPV para a faixa etária de 9 a 11 anos de idade; sendo utilizada como estratégia de saúde pública contra o CCU em mais de 100 países, através de programas nacionais de imunização.

Justifica-se a escolha do referido tema em virtude da importância da vacina contra o HPV como importante estratégia para reduzir a morbimortalidade na saúde da mulher, considerando que o HPV é uma patologia silenciosa e possui elevada taxa infecciosa, que acomete a saúde da mulher na atualidade, e sua prevenção representa um enorme desafio não apenas para os gestores de saúde, mas para todos os profissionais da saúde.

Somado às discussões e reflexões originadas frente às problemáticas da importância e os desafios da imunização para a prevenção do câncer de colo de útero, instigam-se as seguintes questões que norteiam essa pesquisa: Qual a importância da vacina contra HPV? Quais os desafios para a sua implementação?

Com base nestes questionamentos, este estudo tem como objeto geral demonstrar a importância e desafios da implantação da vacina contra HPV, a partir de uma revisão bibliográfica; com intuito de incentivar e direcionar ações de promoção a saúde ao público adolescente, a fim de contribuir para a prevenção desse câncer.

2 MÉTODO

Para atingir o objetivo proposto realizou-se uma pesquisa exploratória-descritiva, através de revisão bibliográfica. A busca dos artigos foi realizada nas bases de dados: Medical Literature Analysis and Retrieval System Online (MEDLINE), Biblioteca Virtual de Saúde (BVS), Sistema Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde (LILACS) e Scientific Electronic Library Online (SciELO), durante o mês de setembro de 2016. Os descritores utilizados para a busca das pesquisas foram infecções pelo papilomavírus humano, HPV, vacina contra o HPV, e importância e desafios da vacina contra HPV.

Para tanto, na seleção dos artigos, utilizou-se os seguintes critérios de inclusão: artigo de pesquisa em periódicos nacional publicados no período de 2011 a 2016, manuais do Ministério da Saúde e livros pertinentes ao tema, resultados de pesquisa conforme a relevância relacionada ao título e aos objetivos do estudo, fundamentados na leitura dos seus respectivos resumos, restringindo-se a pesquisa ao uso das vacinas bivalente e quadrivalente. Foram encontrados 19 artigos e descartados 04 por apresentarem inadequação da temática, ficando assim 15 artigos para análise.

Realizou-se uma leitura crítica de cada artigo selecionado e em seguida buscou-se extrair as similaridades e divergências entre estes relacionadas aos objetivos do estudo.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A apresentação e discussão dos resultados encontrados foram feitas sob duas perspectivas analíticas: Importância da vacina contra o HPV e Desafios diante da implantação da vacina HPV.

3.1 Importância das vacinas contra o HPV

Apesar das políticas de saúde voltadas à saúde da mulher, as campanhas para conscientizar e divulgar a realização do exame preventivo citológico de fácil acesso e gratuito, considera-se a população feminina como um grupo altamente vulnerável às Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs) e ao Câncer de Colo de Útero (CCU) (VERA et al., 2015). Vale destacar que o HPV é o principal responsável pelo CCU. E a cada ano que passa cerca de 5 mil mulheres vão a óbito em virtude das infecções ocasionados pelo vírus HPV no cenário brasileiro (BRASIL, 2013a).

“O Brasil é um dos líderes mundiais em incidência de HPV. O vírus acomete, sobretudo, mulheres entre 15 e 25 anos, ainda que a doença também esteja presente entre os homens” (ALMEIDA et al., 2014, p. 62). Como forma de prevenção deve-se fazer uso da vacina contra o HPV, que é um procedimento de prevenção básica (BORSATO, VIDAL & ROCHA, 2011; BRASIL, 2013a).

Até o ano de 2013 as duas vacinas (quadrivalente, aprovada em 2006 e a bivalente, aprovada em 2008) estavam disponíveis apenas na rede privada no

Brasil, a partir do ano de 2014 é que começou a ser oferecida a vacina quadrivalente na rede pública (CAMARA et al., 2015; OSIS, DUARTE & SOUSA, 2014), a partir de 2016 essa vacina começou a ser ofertada gratuitamente para adolescentes a partir de 9 anos (NIQUIRILO & BARBOSA et al., 2016).

“A importância da idade estabelecida para a administração da vacina é ratificada pelos pesquisadores como essencial para a melhor eficácia da vacina” (ALMEIDA; CAVEIÃO, 2014, p. 82).

Segundo o Ministério da Saúde, a vacina bivalente é recomendada para meninas e mulheres com idade entre 10 e 25 anos de idade para prevenção de eventos que podem evoluir para CCU, abrangendo infecções de forma incidentes e persistentes, anormalidades citológicas, como células escamosas atípicas de significância indeterminada (ASC-US), e neoplasia intraepiteliais (NIC), NIC 1 e lesões pré-cancerosas (NIC 2 e NIC 3) causadas por HPV oncogênicos tipos 16 ou 18, infecções incidentes e persistentes causadas por HPV oncogênicos tipos 31 ou 45 (BRASIL, 2013b).

O autor supracitado destaca ainda sobre a vacina quadrivalente, sendo indicada para meninas e mulheres com idade entre 9 e 26 anos afim de prevenir o CCU, da vulva e da vagina ocasionados pelos tipos 16 e 18 de HPV e as verrugas genitais (condiloma acuminado) ocasionados pelos tipos 6 e 11 de HPV, bem como para prevenir NIC cervical 1, 2 e 3, adenocarcinoma do colo do útero in situ (AIS) e NIC vulvar de grau 1, 2 e 3. Indica-se também essa vacina para meninos e homens com idade entre 9 e 26 anos de idade no intuito de prevenir condiloma acuminado causadas pelos tipos 6 e 11 de HPV.

Almeida et al. (2014) destacam que a vacina contra o HPV foi criada com a finalidade de prevenir a infecção pelo HPV e, dessa forma, tornar mínimo a incidência dos casos de CCU, portanto, essa vacina não deve ser usada para tratamento de doenças relacionadas ao HPV, como o CCU ou as verrugas genitais, vulvar e vaginal. Esse produto é indicado unicamente para prevenção do contágio e não para terapêutica.

Segundo Osis, Duarte & Sousa (2014), no Brasil não há consenso sobre vacinar meninos e homens. Especialistas defendem essa vacinação em virtude dos efeitos benéficos para proteção dos homens diante a infecção pelo vírus, e sobretudo por proteger as mulheres dificultando a transmissão do vírus. Outros consideram que a relação custo-benefício não recomenda a vacinação dos homens

devido à menor incidência e mortalidade associadas, por exemplo, ao câncer de pênis.

No que tange à eficácia, Araújo et al. (2014) e Zardo et al. (2014) asseguram que a vacina não é terapêutica nem eficaz em mulheres que já apresentam infecção. A eficácia na prevenção do CCU só poderá ser respondida em longo prazo, visto que o resultado da imunização na incidência da neoplasia só poderá ser analisado após um período de latência. Outro fator que irá ocasionar perdas na eficácia é a não adesão a todo o esquema vacinal proposto, uma vez que a vacina se apoia em doses repetidas. É de extrema importância a captação para a continuação do esquema vacinal completo e eficaz.

De acordo com Camara et al. (2015) e Silva et al. (2016) a recente estratégia de prevenção primária não substitui o programa de rastreamento de câncer cervical e a importância da prevenção de Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs).

O rastreamento citológico de rotina é necessário, uma vez que as vacinas disponíveis não protegem contra todos os tipos oncogênicos do HPV. Sendo assim, recomenda-se que as mulheres realizem a citologia oncológica, visto que estas continuam apresentando risco quanto a outros genótipos de alto risco do HPV (ARAÚJO et al., 2014).

Dessa forma, as meninas imunizadas só terão indicação para o rastreamento quando alcançarem a faixa etária indicada para o exame preventivo e já apresentarem vida sexual ativa. É indispensável manter a realização do exame preventivo, visto que as vacinas circulantes protegem somente contra dois tipos oncogênicos de HPV, responsáveis por cerca de 70% dos casos de CCU (SANTANA; NEVEZ et al., 2015).

Observou-se que 4 anos após a implantação da vacina HPV quadrivalente em 2007 na Austrália, houve redução de verrugas genitais. Já a redução da incidência e mortalidade pela neoplasia ocorrerá de 10 a 15 anos após a introdução da vacina no país. Deste modo, a introdução da imunização contra o HPV no SUS representa um grande avanço na prevenção do alto índice de morbimortalidade ocasionado pelo CCU no Brasil, reduzindo gastos com diagnóstico, tratamento e especialmente, evitando óbitos (SILVA et al., 2016).

As adolescentes necessitam receber o esquema completo (três doses) da vacina contra o HPV o mais precocemente possível, de preferência antes de iniciarem a vida sexual, ou seja, antes da exposição ao vírus, visto que a vacina é

potencialmente mais eficaz para meninas ou mulheres vacinadas que ainda não são sexualmente ativas (ALMEIDA et al., 2014; ARAÚJO et al., 2014).

Após isso o MS recomenda que seja realizado o exame preventivo – papanicolau uma vez ao ano ou a cada seis meses, de acordo com a recomendação do ginecologista. Vale destacar que essa vacina não substitui a realização do exame preventivo e nem o uso do preservativo nas práticas sexuais, mas é extremamente importante na quantificação da prevenção (KRABBE et al., 2015).

Maranhão; Domingues (2014) destacam que a vacinação aliada com as atuais ações para o rastreamento do CCU, permitirá, nas próximas décadas, prevenir esta doença, que representa hoje a quarta principal causa de morte por cânceres entre mulheres no Brasil.

3.2 Desafios diante da implantação da vacina HPV

Segundo Brasil (2010), considera-se o CCU um problema de saúde pública, os percentuais no Brasil apresentam valores intermediários quando confrontado aos países em desenvolvimento, contudo são elevados quando confrontadas com países desenvolvidos. Uma das mais importantes descobertas nos últimos anos em relação ao CCU é a sua relação entre o HPV.

Quevedo et al. (2015) afirmam que a vacina contra o HPV é encarada como uma inovação tecnológica para a saúde pública no Brasil, visto que a prevenção antes era ofertada somente por laboratórios privados e agora esta encontra-se disponível de forma gratuita no SUS. O impacto esperado pelo governo na vacina contra o HPV é a prevenção de mortes ocasionadas por câncer, o que será detectado daqui 20 a 30 anos.

“A introdução da vacina profilática dos vírus HPVs na saúde pública ainda é alvo de debates em todo mundo, mesmo após a sua implantação no calendário nacional de vacinação de vários países” (ALMEIDA; CAVEIÃO, 2014, p. 84).

Camara et al. (2015) e Zardo, (2014) afirmam que a não adesão a todo o esquema vacinal proposto é considerado um fato desafio e que pode causar perdas na eficácia, visto que a vacina se apoia em doses repetidas. Diante disso, é de extrema importância a captação para a continuação do esquema vacinal de forma completa e eficaz.

O uso da vacina, indiscutivelmente, é o melhor meio de prevenção contra o HPV. No entanto, seja pela ausência de conhecimentos ou pela impossibilidade econômica de aquisição, a vacina acaba se tornando inacessível para população brasileira e, especialmente a de baixa renda que é a grande maioria no Brasil (ALMEIDA et al., 2014).

Camara et al. (2015) e Zardo, (2014) descrevem que a vacina não pode ser usada com fins terapêuticos e nem constitui método eficaz em mulheres que já apresentam infecção. A eficácia na prevenção do CCU só poderá ser respondida em longo prazo, pois o efeito da imunização na incidência da neoplasia só poderá ser constatado após um período de latência.

O custo-benefício fez com que se priorizasse na rede pública a imunização em meninas que ainda não iniciaram a vida sexual, visto que a incidência e mortalidade em homens relacionada a contaminação é muito menor. Ainda com relação ao custo-benefício a imunização em adultos com vida sexual ativa não foi priorizada na rede pública pelo alto custo, já que a vacinação não confere imunidade a homens e mulheres já expostos ao vírus, entretanto, destaca-se que poderia ser prevenido outros subtipos virais de HPV que estes ainda não tenham adquiridos (CAMARA et al., 2015; OSIS, DUARTE & SOUSA, 2014; ZARDO et al., 2014).

O governo tem trabalhado bastante, desde o ano de 2014, em campanhas para a vacinação contra o HPV, imunizando meninas dos 11 aos 13 anos de idade. A partir de 2015 a campanha passou a ser realizada com meninas entre 9 e 11 anos de idade (CAMARA et al., 2015; CARVALHO et al., 2015; KRABBE et al., 2015).

Osis, Duarte; Sousa (2014, p. 124) destacam que “vacinar antes da exposição ao HPV resulta em proteção durável. [...] Essa recomendação, porém, não é sempre bem recebida e compreendida em vários países, tanto pelos pais quanto pelos médicos pediatras”, configurando um desafio para a implantação vacinal.

A estratégia de vacinação partiu do pressuposto de que é através do contato sexual que o HPV é comumente disseminado e, por isso, o foco da campanha é realizar a prevenção em adolescentes virgens. Ocorre que a complexidade da aplicação da vacina, os efeitos colaterais que foram sendo exposto pela mídia e a vinculação da doença com a atividade sexual originaram uma controvérsia pública (QUEVEDO et al., 2015).

Diante disso, Carvalho et al. (2015) citam a sexualidade como um dos principais desafios para a implantação da vacina, visto que em virtude de se tratar de uma vacina que apresenta proteção contra um vírus que é transmitido sexualmente, alguns pais enxergam a aplicabilidade da referida vacina como um ponto de partida ao sexo precoce.

Os estudos de Silva et al. (2016) e Quevedo et al. (2015) explica acerca do impacto negativo dos pais, visto que estes não encaram a tecnologia como um direito a prevenção da saúde, mas sim como uma imposição com implicações duvidosas diante do comportamento de suas filhas. A partir do argumento acreditam que a vacinação seria um estímulo ao início precoce da vida sexual. Percebe-se portanto, um grave problema na aceitação da vacina, pois tem um cunho que envolve a sexualidade das adolescente.

De acordo com Camara et al. (2015) e Zardo et al. (2014) devido ao cunho sexual da contaminação aceitar e aderir ao esquema vacinal depende especialmente das transmissões de informações cientificamente verdadeiras sobre o HPV e estas deverão ser repassadas conforme o nível de entendimento da população, visto que todas as informações necessitam ser bem recebidas e compreendidas tanto pelos pais das crianças como pelos profissionais de saúde.

“Antes de ser implantada ao calendário básico de vacinação do Brasil, um estudo sobre o conhecimento da população brasileira a respeito da vacina deixou claro a falta de informação sobre a sua importância e o modo de acesso à mesma” (NIQUIRILO & BARBOSA, 2016, p. 5). Perfazendo um desafio para implantação da vacina profilática contra o HPV no Brasil (CARVALHO et al., 2015).

Um estudo realizado por Osis, Duarte; Sousa (2014) evidenciou que a maior parte das pessoas entrevistadas nunca tinha ouvido falar do HPV e nem das vacinas contra esse vírus disponíveis no Brasil. Esse resultado reforça a necessidade de intervenções educacionais na população objetivando proporcionar informação adequada sobre o HPV e sobre as principais medidas de prevenção. Isso significa não apenas escolher e repassar informações sobre o HPV, mas fazê-lo segundo a capacidade de acesso e processamento de tais informações. Ressalta-se que esta tem sido uma preocupação crescente no âmbito da saúde pública, até mesmo nos países desenvolvidos. Não havendo dúvida de que essa tarefa representa um grande desafio em vista das diferenças sociais que prevalecem, principalmente no âmbito da educação.

De acordo com Camara et al. (2015) e Osis, Duarte & Sousa (2014), mesmo a mídia com seu vasto acesso exercendo um papel fundamental na disseminação de informações em comparação com a atuação dos serviços de saúde, os níveis de conhecimento sobre o HPV ainda são baixos, visto que nem sempre as mensagens repassadas são apropriadas ou satisfatórias para informar e impulsionar a população a seguirem um comportamento de prevenção. Os autores destacam ainda que isso pode acontecer por dificuldade por parte de uma população com menor escolaridade em interpretar de forma correta estas mensagens ou por desinformação dos próprios meios de comunicação.

Segundo Camara et al. (2015) e Carvalho et al. (2015), no intuito de diminuir a infecção e conquistar a confiabilidade para vacinar as adolescentes antes de iniciar a sua vida sexual, torna-se necessário a realização de programas de educação acerca do HPV para a população, com estratégias de conscientização, no intuito de diminuir o estigma da infecção e conseqüentemente ganhar a confiabilidade para maior adesão a vacinação.

“No âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), a educação em saúde é uma tarefa atribuída principalmente ao nível da atenção básica que é encarregada de realizar promoção da saúde de acordo com o princípio da integralidade da atenção” (CAMARA et al., 2015, p. 94).

É importante destacar que a parceria entre profissionais da saúde e da educação é fundamental para a conscientizar acerca da importância dessa vacina e a adesão a esta por parte das adolescentes durante as campanhas. Para isso, além da imunização, as Unidades Básicas de Saúde (UBS) tornaram-se responsáveis em visitar as escolas no intuito de promover um momento de discussão e orientação sobre a importância da imunização. As orientações devem ser feitas através de uma linguagem clara e apropriada, compreendendo temas como comportamento sexual, uso de preservativos, fatores de risco relacionado ao câncer, como o tabagismo, além do tema principal – a vacinação (SILVA et al., 2016).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme a literatura consultada, o CCU tem o HPV como principal agente infeccioso no desenvolvimento das neoplasias intraepiteliais e do processo de carcinogênese. A vacina contra HPV é utilizada como forma preventiva, podendo

salvar vidas, diminuir o uso de procedimentos caros, além de trazer considerável benefício na qualidade de vida da mulher.

O presente estudo permitiu demonstrar a importância da introdução da vacina profilática dos vírus HPVs no calendário básico de vacinação nacional e reafirmar que a melhor forma de controlar o vírus do HPV é a prevenção. Entretanto, destaca-se ainda a importância da realização do exame Papanicolau e o uso de preservativo como alternativas prioritárias, visto que a vacina contra o HPV, mesmo sendo eficaz, não substituirá outros métodos de prevenção de CCU.

A literatura brasileira cita a sexualidade como principal desafio para implantação da vacina profilática contra o HPV, pois em virtude da transmissão do vírus do HPV ser de cunho sexual, alguns pais enxergam a aplicabilidade da referida vacina como um ponto de partida ao sexo precoce de seus infantes, e por consequência resistem a adesão a essa prática de prevenção. Diante disso, também é possível citar o conhecimento da população acerca da vacina como outro aspecto desafiador para implantação dessa vacina no Brasil, pois a falta de conhecimento acerca da vacina e de seus benefícios implicam de forma significativa na sua adesão por parte da população.

Hoje em dia, a vacina contra o HPV é uma das perspectivas para o futuro. Com o presente estudo, foi possível verificar que o HPV é um tipo de IST que apresenta relação direta com o desenvolvimento do CCU, sendo atualmente um grave problema de saúde pública, preocupando cada vez mais a saúde da mulher. Espera-se que em um futuro bem próximo, a adesão da população à vacina contra HPV colabore para uma geração de meninas e mulheres sem casos de CCU ou lesões ocasionadas por HPV.

Vale destacar que vacinar antes da exposição ao HPV resulta em proteção durável, no entanto ainda existem muitos estigmas por parte dos pais em relação a idade preconizada para essa imunização. Diante disso, a introdução da vacina deve ser realizada em conjunto com um plano ação voltado a educação em saúde, de modo a aumentar a compreensão da população sobre a importância da imunização do HPV, principalmente entre os adolescentes, no intuito de diminuir novos casos de CCU ocasionados por esse vírus.

Esta revisão não conclui a discussão sobre a importância e os desafios da implantação da vacina contra o papiloma vírus, pelo contrário, espera-se que a

mesma colabore para o levantamento de outras discussões que apontem novas perspectivas teóricas e práticas de divulgação para a implementação dessa vacina.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, F. L. et al. A vacina contra o vírus HPV para meninas: Um incentivo à vida sexual precoce. **Revista Científica Interdisciplinar**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 49-71, 2014. Disponível em:

<<http://revista.srvroot.com/linkscienceplace/index.php/linkscienceplace/article/view/13/8>>. Acesso em: 10 set. 2016.

ALMEIDA, G. C. P.; CAVEIÃO, C. Vacina profilática para o papiloma vírus humano: Desafios para saúde pública. **Revista Saúde e Desenvolvimento**, Paraná, v. 5 n. 3, p. 71-90, 2014. Disponível em:

<<http://www.grupouninter.com.br/revistasaude/index.php/saudeDesenvolvimento/article/view/295/200>>. Acesso em: 10 set. 2016.

ARAÚJO, A. M. et al. Vacina contra Papilomavírus Humano na prevenção do Câncer Cervical. **Revista da Universidade Vale do Rio Verde**, Três Corações, v. 11, n. 2, p. 102-114, 2014. Disponível em:

<http://revistas.unincor.br/index.php/revistaunincor/article/view/1097/pdf_42>. Acesso em: 10 set. 2016.

BORSATO, A. Z.; VIDAL, M. L. B.; ROCHA, R. C. N. P. Vacina contra o HPV e a Prevenção do Câncer do Colo do Útero: Subsídios para a Prática. **Revista Brasileira de Cancerologia**, Rio de Janeiro, v. 57, n. 1, p. 67-74, 2011. Disponível em:

<http://www.inca.gov.br/rbc/n_57/v01/pdf/10_revisao_de_literatura_vacina_hpv_prevencao_cancer_colo_uterio_subsidios.pdf>. Acesso em: 10 set. 2016.

BRASIL, Ministério da Saúde. **Vacinação contra HPV começa nesta segunda-feira (10)**, 2014. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/saude/2014/03/vacinacao-contrahpv-comeca-nesta-segunda-feira-10>>. Acesso em: 10 set. 2016.

_____. Ministério da Saúde. **Rastreamento**. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2010. Disponível em:

<<http://dab.saude.gov.br/portaldab/biblioteca.php?conteudo=publicacoes/cab29>>. Acesso em: 10 set. 2016.

_____. **Controle dos Cânceres do Colo do Útero e da Mama**. 2. ed., Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2013a. Disponível em:

<<http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/publicacoes/cab13.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2016.

_____. **Vacina contra HPV na prevenção de câncer de colo do útero**. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2013b. Disponível em: <<http://conitec.gov.br/images/Incorporados/VacinaHPV-final.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2016.

CAMARA, S. G. C. et al. Vacina contra Papilomavírus Humano: Reflexão sobre a importância e os desafios na vacinação. **Revista UNILUS Ensino e Pesquisa**, São Paulo, v. 12, n. 28, p. 91-95, 2015. Disponível em: <<http://revista.unilus.edu.br/index.php/ruep/article/view/408/u2015v12n28e408>>. Acesso em: 10 set. 2016.

CARVALHO, A. F. et al. Papilomavirus Humano: Percepção de vacinadoras acerca da resistência à vacina. **Temas em Saúde**, Patos-PB, v. 15, n. 4, p. 4-18, 2015. Disponível em: <<http://temasemsaude.com/wp-content/uploads/2016/01/154.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2016.

INCA, Instituto Nacional de Câncer. **Câncer do Útero**. 2015. Disponível em: <http://www2.inca.gov.br/wps/wcm/connect/tiposdecancer/site/home/colo_uterio/definicao>. Acesso em: 10 set. 2016.

KRABBE, E. C. et al. Vacina contra o HPV e a prevenção do câncer do colo do útero: Uma necessidade de avanço na prática cotidiana da ciência da saúde. **Revista Interdisciplinar de Ensino, Pesquisa e Extensão**, Cruz Alta, v. 3, n. 1, p. 237-44, 2015. Disponível em: <http://revistaeletronica.unicruz.edu.br/index.php/eletronica/article/view/237-244/pdf_51>. Acesso em: 10 set. 2016.

MARANHÃO, A. G. K.; DOMINGUES, C. M. A. S. A experiência brasileira de implantação da vacina HPV: Os resultados da primeira fase de vacinação. **Revista Imunizações**, Rio de Janeiro, v.7, n. 2, p. 10-12, 2014. Disponível em: <<http://sbim.org.br/images/files/revista-imunizacoes-sbim-v7-n2-2014-140817a-web.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2016.

NIQUIRILO, A. T.; BARBOSA, A. M. R. B. Eficácia e segurança da vacinação contra o Papiloma Vírus Humano no programa nacional de imunização. **Atas de Ciências da Saúde**, São Paulo, v. 4, n. 1, p. 01-11, 2016. Disponível em: <www.revistaseletronicas.fmu.br/index.php/ACIS/article/download/1067/942>. Acesso em: 10 set. 2016.

OSIS, M. J. D.; DUARTE, G. A.; SOUSA, M. H. Conhecimento e atitude de usuários do SUS sobre o HPV e as vacinas disponíveis no Brasil. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 48, n. 1, p. 176-181, 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsp/v48n1/0034-8910-rsp-48-01-0123.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2016.

QUEVEDO, J. et al. Implementação da vacina HPV no Brasil: Diferenciações entre a comunicação pública oficial e a imprensa midiática e sua relação com as coberturas

vacinais. **Comunicação & Mercado**, Dourados, v. 4, n. 11, p. 97-111, 2015. Disponível em: <<http://www.unigran.br/mercado/paginas/arquivos/edicoes/11/8.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2016.

SANTANA, U. S. S.; NEVEZ, J. B. Vacinação contra o Papilomavírus Humano: Na população das adolescentes. **Revista Enfermagem Integrada**, Ipatinga, v. 8, n. 1, p. 1314-1321, 2015. Disponível em: <<http://www.unilestemg.br/enfermagemintegrada/artigo/v8/03.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2016.

SILVA, L. A. P. et al. Imunização contra o HPV em escola pública de Paracatu-MG. **Saúde & Transformação Social**, Florianópolis, v. 7, n. 3, p. 176-181, 2016. Disponível em: <<http://incubadora.periodicos.ufsc.br/index.php/saudeettransformacao/article/view/3900/4657>>. Acesso em: 10 set. 2016.

VERA, S. O. et al. O conhecimento de adolescentes acerca dos fatores de risco e prevenção do câncer de colo de útero. **Vivências: Revista Eletrônica de Extensão da URI**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 113-120, 2015. Disponível em: <<http://docplayer.com.br/9840960-O-conhecimento-de-adolescentes-acerca-dos-fatores-de-risco-e-prevencao-do-cancer-de-colo-de-utero.html>>. Acesso em: 10 set. 2016.

ZARDO, G. P. et al. Vacina como agente de imunização contra o HPV. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 9, p. 3799-3808, 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csc/v19n9/1413-8123-csc-19-09-3799.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2016.